

## CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

PROCEDIMENTO CPR/02/2025

### EMPREITADA DE REPARAÇÃO DE SISTEMAS DE AVAC NA MMP

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º, conjugado com o artigo 18.º e com a alínea c) do n.º 1 do artigo 19.º, todos do Código dos Contratos Públicos (“CCP”), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, a Museus e Monumentos de Portugal, E.P.E. convida V. Exas. a apresentar proposta para a empreitada de reparação e sistemas de AVAC do Museu Nacional de Arte Antiga, a cargo da MMP, EPE, de acordo com as especificações previstas no caderno de encargos da presente consulta prévia, à qual foi atribuída a referência CPR/02/2025.

#### Artigo 1.º - Entidade Adjudicante e Decisão de Contratar

A entidade adjudicante é a Museus e Monumentos de Portugal, E.P.E. (“MMP”), pessoa coletiva n.º 517 804 417, com sede em Lisboa e instalações sitas na Ala Sul do Palácio Nacional da Ajuda, 1349-021 Lisboa, tendo a decisão de contratar sido tomada, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do CCP, por deliberação do Conselho de Administração, no âmbito dos poderes conferidos a este órgão nos termos do artigo 8.º dos respetivos Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 79/2023, de 4 de setembro.

#### Artigo 2.º - Fundamento da escolha do tipo de procedimento

Foi adotado um procedimento de Consulta Prévia, nos termos da alínea d) do artigo 16.º, alínea c) do n.º 1 do artigo 19.º e dos artigos 112.º a 127.º do CCP.

A Consulta Prévia foi adotada por critério de valor, em atinência ao preceituado nos artigos 18.º e 19.º do CCP.

#### Artigo 3.º - Objeto do procedimento

O presente procedimento de formação de contrato destina-se a empreitada de reparação e sistemas de AVAC, nos termos previstos no caderno de encargos e respetivas cláusulas técnicas que dele fazem parte integrante.

A presente aquisição corresponde ao Código de Vocabulário Comum (CPV) 42512300-1- Sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado.

#### Artigo 4.º - Preço Base

O preço base, enquanto preço máximo que a MMP se dispõe a pagar pela execução de todos os trabalhos que constituem o objeto do contrato, é de EUR 66.250,00 € (sessenta e seis mil, duzentos e cinquenta mil euros), ao qual acresce IVA à taxa legal aplicável em vigor.

O preço base foi fixado considerando a cotação obtida através da Direção de Espaços da MMP, EPE, nos termos do disposto no artigo 35.º-A do CCP.

#### Artigo 5.º - Regras de Participação e entidade que acompanha o procedimento

A participação no procedimento será limitada aos operadores económicos convidados a apresentar proposta.

Nos termos do n.º 1 do artigo 62.º do CCP, o procedimento e todas as comunicações e notificações serão efetuadas através da plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela MMP, EPE – acinGov - <https://www.acingov.pt>.

Nos termos do artigo 67.º do CCP, a competência para a prática de todos os atos do presente procedimento, com exceção dos previstos na segunda parte do n.º 2 do artigo 69.º do CCP, é do júri do procedimento designado pelo Conselho de Administração da MMP.

### Artigo 6.º - Esclarecimentos

No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar, através da plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela MMP, EPE – acinGov- <https://www.acingov.pt>, os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, nos termos do disposto no artigo 50.º do CCP.

Os esclarecimentos serão prestados, pelo Júri, por escrito, através da plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela MMP, EPE – acinGov- <https://www.acingov.pt>, até ao dia anterior ao termo do prazo para a apresentação das propostas, sendo os interessados notificados através da plataforma, nos termos conjugados dos artigos 50.º e 116.º do CCP.

Dentro do prazo referido no parágrafo anterior, pode a entidade adjudicante proceder à retificação das peças do procedimento, nos termos do disposto no artigo 116.º do CCP.

Os esclarecimentos prestados e as retificações efetuadas às peças do procedimento, serão juntos às peças do procedimento, as quais fazem parte integrante das mesmas e prevalecem sobre estas, em caso de divergência.

### Artigo 7.º - Erros ou Omissões

Nos termos do disposto no artigo 50.º do CCP, durante o primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem através da plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela MMP, EPE – acinGov- <https://www.acingov.pt>, apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.

Consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:

- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;
- d) Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.

A lista a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões do caderno de encargos detetados, com exceção dos referidos na alínea d) do número anterior e daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.

O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao termo do segundo terço do prazo para a apresentação das propostas, não sejam por ele expressamente aceites.

Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação da proposta.

A decisão sobre as listas de erros e omissões detetados pelos interessados será notificada aos interessados através da plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela MMP, EPE – acinGov- <https://www.acingov.pt> e junta às peças do procedimento.

Será ainda aplicável, neste âmbito, o disposto no artigo 64.º do CCP.

### Artigo 8.º - Documentos da Proposta

Na proposta, o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e indica as condições em que se dispõe a fazê-lo.

Deste modo, **o concorrente deverá apresentar:**

- 1)** Declaração de acordo com o **Anexo I ao CCP**, conforme modelo disponibilizado em anexo ao presente Convite (cf. **Anexo I**);

- 2) Documento onde conste o preço global preenchido de acordo com o modelo disponibilizado como **Anexo II** ao presente Convite, tendo em conta as especificações previstas no Caderno de Encargos;
  - 3) Preços Unitários preenchidos conforme **Anexo III** do presente Convite;
  - 4) O concorrente poderá apresentar quaisquer outros documentos que considere indispensáveis para complementar a proposta, designadamente na parte relativa aos respetivos atributos;
  - 5) Documento(s) comprovativo(s) dos **poderes do assinante** da proposta para representar e obrigar o concorrente, designadamente a certidão permanente do registo comercial.
- Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

#### **Artigo 9.º - Idioma da proposta**

A proposta, bem como todos os documentos que a compõem, devem ser obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, salvo se, pela sua especificidade técnica, tenham de ser redigidos em língua estrangeira (inglês).

#### **Artigo 10.º - Prazo e Modo de Apresentação das Propostas**

A proposta deve ser apresentada até às 23H59 do 3.º (terceiro) dia a contar da receção do presente Convite, através da plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela MMP, EPE – acinGov - <https://www.acingov.pt>.

#### **Artigo 11.º - Assinatura dos documentos da proposta**

Cada um dos documentos referidos no artigo 8.º deve, nos termos da lei, ser assinado pelos concorrentes ou pelo representante que tenha poderes para os obrigar.

Em cumprimento das disposições conjugadas do n.º 5 do artigo 54.º e do n.º 4 do artigo 68.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, todos os documentos que compõem a proposta, devem ser assinados, com recurso a assinatura eletrónica/digital qualificada, os quais são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em [www.gns.gov.pt](http://www.gns.gov.pt)).

Nos casos em que o certificado utilizado não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, como é o caso do cartão de cidadão, o concorrente deve submeter, obrigatoriamente, um documento indicando o poder de representação e de assinatura, conferindo os poderes necessários para o efeito.

#### **Artigo 12.º - Prazo de Manutenção da Proposta**

O concorrente fica obrigado a manter a respetiva proposta pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação da proposta.

#### **Artigo 13.º - Proposta Variante**

Não será admitida a apresentação de propostas variantes, nos termos do artigo 59.º do CCP.

#### **Artigo 14.º - Critérios de Adjudicação e de Desempate**

A adjudicação será efetuada segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, na modalidade monofator, avaliando-se o preço da proposta, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º CCP. Será adjudicada a proposta que apresentar o preço total mais baixo.

Em caso de empate serão usados sucessivamente como critérios de desempate o mais baixo preço apresentado para os trabalhos de reparação e substituição de componentes inoperantes no Museu Nacional de Arte Antiga, as ações de manutenção corretiva no Museu Nacional Machado de Castro e, por fim o sorteio, em conformidade com o **Anexo IV** ao presente convite.

#### **Artigo 15.º - Documentos de Habilitação**

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 81.º do CCP, o adjudicatário deve entregar, no prazo de **3 (três) dias** úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:

- 1) Declaração conforme **Anexo V ao CCP**, também anexa ao presente Convite;

2) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do art.º 55.º do CCP, a saber:

- a) **Situação regularizada** relativamente a contribuições para a **segurança social** em Portugal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
  - b) **Situação regularizada** relativamente a **impostos** devidos em Portugal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
  - c) **Certificado de registo criminal da entidade adjudicatária**, destinado a comprovar que não se encontra em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e i) do artigo 55.º do CCP;
  - d) **Certificado de registo criminal**, para efeitos de celebração de contratos públicos, de **todos** os **titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência**, que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e i) do artigo 55.º do CCP;
- 3) Documento comprovativo de inscrição efetuada no **Registo Central de Beneficiário efetivo** (<https://rcbe.justica.gov.pt>) – Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto – ou o respetivo código de acesso, se aplicável.

Os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa, podendo, quando a sua própria origem ou natureza o exigirem, ser redigidos noutra língua, devendo, nesse caso, ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e de declaração de prevalência da tradução sobre original, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 86.º do CCP.

Caso seja detetada alguma irregularidade nos documentos apresentados, será concedido um prazo de **2 (dois) dias úteis**, a contar da notificação da notificação, para a sua supressão.

#### **Artigo 16.º - Caução**

Não é exigível a prestação de caução pelo adjudicatário, tendo em conta que o preço contratual será inferior a € 500.000,00, nos termos do disposto no artigo 88.º, n.º 2, alínea a), do CCP.

#### **Artigo 17.º - Contrato**

O contrato será reduzido a escrito, em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 94.º do CCP, sendo a respetiva celebração assegurada em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas.

#### **Artigo 18.º - Encargos e despesas**

Constituem encargos do concorrente as despesas inerentes à elaboração da proposta.

As despesas e os encargos inerentes à celebração do contrato são da inteira responsabilidade do adjudicatário.

#### Lista de Anexos:

- Anexo I** – Modelo de declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP;
- Anexo II** – Preço Global da Proposta (cf. artigo 8.º do Convite);
- Anexo II** –
- Anexo III** – Regras do Sorteio (cf. do artigo 14.º do Convite);
- Anexo IV** - Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP.

## ANEXO I

### Modelo de declaração prevista na alínea a) do n.º 1, do artigo 57.º do CCP

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento para .... declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

## ANEXO II

### Modelo de Documento a que se refere o artigo 8.º do Convite

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ... (firma, número de identificação fiscal e sede), depois de ter tomado conhecimento do objeto do procedimento de contratação com a referência .....a que se refere o Convite recebido em ..., obriga-se a executar a referida empreitada, em harmonia com as condições estabelecidas no Caderno de Encargos, as quais declara aceitar, sem reservas, nas seguintes condições:

**Preço global da proposta: € [...] ([por extenso]), com os preços unitários constantes do Anexo III.**

2 – Esta proposta é válida por 66 (sessenta e seis) dias a contar da data-limite para a sua apresentação.

3 – O preço contratual será pago em conformidade com os preços constantes da proposta que venha a ser adjudicada, desde que cumpridas todas as obrigações fixadas no Caderno de Encargos.

4 – Não serão pagos os trabalhos estimados que não sejam efetivamente efetuados pelo adjudicatário.

5 – As condições de pagamento são as constantes do Caderno de Encargos.

6 – Às quantias supra, quando aplicável, acresce o imposto sobre o valor acrescentado, à taxa legal em vigor.

... (local), ... (data), ... [assinatura].

**ANEXO IV**  
**Regras de realização do sorteio**

Em caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será efetuado por sorteio realizado pelo júri na presença do representante legal de cada um dos concorrentes, ato do qual será redigida ata a assinar por todos os intervenientes.

Proceder-se-á ao desempate das propostas, através de sorteio em conformidade com o seguinte procedimento:

Notificação dos concorrentes, com um prazo de 3 dias úteis de antecedência, da data e hora a efetuar o sorteio, através de correio eletrónico, indicada no presente convite;

Será concedida uma tolerância de 15 minutos relativamente à hora marcada, após a qual será realizado o sorteio com os concorrentes presentes, sendo que a bola dos eventuais concorrentes em falta, será retirada por uma testemunha externa, na presença de todos os participantes no sorteio;

A realização do sorteio terá lugar nas instalações da MMP, sitas no Palácio Nacional da Ajuda, Ala Sul, 1349-021 Lisboa;

A ordenação será determinada através da metodologia de retirada, pelos concorrentes, de uma bola de um saco opaco, cujo número inscrito na mesma determinará a ordenação das propostas, significando designadamente:

- 1.ª Posição – Bola n.º 1
- 2.ª Posição – Bola n.º 2
- 3.ª Posição – Bola n.º 3

A ordem de retirada das bolas ocorrerá em conformidade com a ordem de receção das propostas no correio eletrónico;

Terminado o sorteio, será lavrada uma ata do mesmo, com a ordenação final dos concorrentes, a qual será lida em voz alta pelo Presidente do Júri, após o que será perguntado aos concorrentes presentes se têm alguma objeção;

Não havendo objeções por parte dos concorrentes presentes, será formalmente declarado encerrado o sorteio, sendo a ata assinada por todos os participantes.

#### ANEXO V

##### Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede), adjudicatário(a) no procedimento para ....., declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º